

Scientia et Ratio – Vol. 1, No. 2 – Dezembro 2016

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Scientia et Ratio

Volume 1 – Número 2 – Dezembro 2016

ISSN 2525-8532



Imagem: Museu Imperial – Petrópolis – Brasil

APRESENTAÇÃO

A Revista Scientia et Ratio chega ao seu segundo número trazendo um amplo conteúdo jurídico extremamente atualizado.

As edições da Scientia et Ratio são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Constitucional, Internacional, Consumidor, Filosofia do Direito entre outros; afinal de contas, a intenção da Scientia et Ratio é – através dos artigos científicos jurídicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento jurídico inter e multidisciplinar moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Scientia et Ratio, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

Nossos votos são de um proveitoso estudo.

Markus Samuel Leite Norat

Diretor Geral, Científico e Editorial

EDIÇÃO IMPRESSA

SUMÁRIO

Sobre a Revista.....	009
Conselho Científico.....	011
Diretrizes.....	024
Enviar Artigos.....	026
Apresentação.....	027

ARTIGOS

A DESOBRIGATORIEDADE DA RESTITUIÇÃO DE VALORES AO ENTE PREVIDENCIÁRIO: DECLARAÇÃO DA ILEGALIDADE DA DESAPOSENTAÇÃO EM REPERCUSSÃO GERAL -
Página 029

Valéria de Matos Melo; Isabella Monteiro Gomes

A DISPOSIÇÃO CÊNICA DAS SALAS DE AUDIÊNCIAS E TRIBUNAIS BRASILEIROS: A INCONSTITUCIONALIDADE DA PRERROGATIVA DE ASSENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO PENAL - **Página 052**

Karine Azevedo Egypto Rosa

ANÁLISE COMPARATIVA DE RELATÓRIOS DE IMPACTO AO MEIO AMBIENTE DE PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO: ESTUDO DOS CASOS PARANÁ, SÃO PAULO E CEARÁ - **Página 086**

Diogo da Fonseca Soares; Marcia Felix da Silva; Nicole Cavalcante Silva; Rafael Câmara Norat

DIREITO PREVIDENCIÁRIO COMO UMA CONQUISTA DOS TRABALHADORES RURAIS -
Página 104

Ana Beatriz Eufrauzino de Araújo; André Ricardo Fonsêca da Silva

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO

Raphaella Dantas Feitoza Marques- **Página 120**

O DIREITO AO ABORTO PARA OS CASOS DE FETOS COM DIAGNÓSTICO DE MICROCEFALIA - Página 137

Maria Tatiany Leite Andrade; André Ricardo Fonsêca da Silva

O ESTATUTO DO NASCITURO E A BOLSA ESTUPRO COMO OBJETO DE EXTENUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA - Página 172

Andrezza Lucas da Silva; André Ricardo Fonsêca da Silva